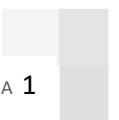
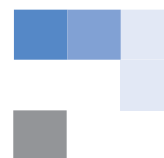




CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 108/2025/DCP/DIT
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS SECURITY OPERATIONS CENTER – SOC

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO





ÍNDICE

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Concorrentes	4
CAPÍTULO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento	5
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento	5
Artigo 7.º Erros e omissões das peças do procedimento	6
CAPÍTULO III PROPOSTAS	6
Artigo 8.º Proposta	6
Artigo 9.º Agrupamento Concorrente	7
Artigo 10.º Propostas variantes, parciais ou condicionadas	7
Artigo 11.º Modo e prazo de apresentação das propostas	7
Artigo 12.º Assinatura eletrónica	8
Artigo 13.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 14.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	8
CAPÍTULO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
Artigo 15.º Critério de adjudicação	9
Artigo 16.º Critério de desempate	9
Artigo 17.º Leilão eletrónico	9
Artigo 18.º Exclusão das propostas	9
Artigo 19.º Relatório preliminar de análise das propostas	10
Artigo 20.º Audiência prévia	11
Artigo 21.º Relatório final de análise das propostas	11
CAPÍTULO V ADJUDICAÇÃO	11
Artigo 22.º Notificação da decisão de adjudicação	11
Artigo 23.º Causas de não adjudicação	11
Artigo 24.º Revogação da decisão de contratar	12
CAPÍTULO VI HABILITAÇÃO	12
Artigo 25.º Documentos de habilitação	12
CAPÍTULO VII CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	13
Artigo 26.º Redução do contrato a escrito	13
Artigo 27.º Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar	13



Artigo 28.º Aceitação da minuta do contrato	13
Artigo 29.º Reclamação da minuta do contrato.....	13
Artigo 30.º Outorga do contrato	14
CAPÍTULO VIII CAUÇÃO	14
Artigo 31.º Caução	14
CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
Artigo 32.º Despesas inerentes à celebração do contrato.....	14
Artigo 33.º Preço base e Consulta Preliminar	15
Anexo I	16
Anexo II	17
Anexo IV	18





CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

O presente programa de procedimento compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (doravante abreviadamente designada por “AMA”), na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a contratação de serviços de aquisição de serviços de “Security Operations Center – SOC”, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (AMA, IP), com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o número de telefone 21 723 12 00 e com o endereço eletrónico www.ama.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da AMA, IP, em 8 de julho de 2025.

Artigo 4.º

Concorrentes

- 1 - Podem ser concorrentes do presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas estabelecidas no artigo 55.º do CCP.
- 2 - Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
- 3 - Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 4 - Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a AMA, IP pela manutenção da proposta.



- 5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

CAPÍTULO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 5.º

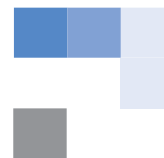
Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 1 - A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por *Plataforma*, disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 2 - A *Plataforma* permite o acesso ao procedimento e às respetivas peças, de forma gratuita, sendo possível efetuar a consulta de todos os atos que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

- 1 - Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a indicação dos erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados, por escrito e através da plataforma, ao Júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo notificados através da *Plataforma*.
- 3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
- 4 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na *Plataforma* e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
- 5 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 6 - Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.



- 7 - Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 8 - As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

Artigo 7.º

Erros e omissões das peças do procedimento

Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

CAPÍTULO III PROPOSTAS

Artigo 8.º

Proposta

- 1 - A proposta é a declaração firme e irrevogável pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme Anexo I ao presente Programa;
 - b) Declaração de preço contratual conforme a minuta que constitui o Anexo II ao presente Programa;
 - c) Proposta comercial detalhada da solução proposta, demonstrando claramente o cumprimento das cláusulas 17.ª, 18.ª e 20.ª do Caderno de Encargos, indicando obrigatoriamente: o tempo de implementação, a quantidade de recursos dedicados e a quantidade de certificações da equipa.
- 3- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo, para qualquer outro idioma, exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.



- 4- Todos os documentos que constituem a proposta, inclusive os seus anexos, devem ser assinados com assinatura digital qualificada.
- 5- Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante, o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante dos documentos identificados no n.º 2.
- 6- Os preços constantes das propostas devem ser apresentados em euros com um máximo de 2 casas decimais.

Artigo 9.º

Agrupamento Concorrente

- 1 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 2 do artigo 8.º devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou os respetivos representantes.
- 2 - Deve ainda ser junto à proposta declaração sob compromisso de honra, na qual se declare que as empresas, membros de agrupamento associados à proposta entregue, integram apenas a proposta apresentada pelo respetivo concorrente ou agrupamento.

Artigo 10.º

Propostas variantes, parciais ou condicionadas

- 1 - Não são admitidas propostas variantes.
- 2 - Não são admitidas, no contexto de cada lote, propostas parciais.
- 3 - Não são admitidas propostas condicionadas.

Artigo 11.º

Modo e prazo de apresentação das propostas

- 1 - As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt>, até às 23:59 horas do 33.º dia a contar do envio do anúncio.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao momento referido no n.º 1 do presente artigo.



- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 12.º

Assinatura eletrónica

- 1 - Todos os documentos carregados na *Plataforma*, incluindo os documentos que constituem as propostas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
- 3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na *Plataforma* um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

Artigo 13.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na *Plataforma*, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida *Plataforma*.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.



CAPÍTULO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

- 1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação monofator, densificado pelo preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Artigo 16.º

Critério de desempate

- 1 - Em caso de empate entre as propostas, ficará ordenada em posição mais elevada a proposta que apresente maior quantidade de recursos dedicados.
- 2 - Mantendo-se o empate ficará ordenada em posição mais elevada a proposta que apresente maior quantidade de certificações da equipa.
- 3 - Mantendo-se o empate, a adjudicação far-se-á por sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
- 4 - Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

Artigo 17.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 18.º

Exclusão das propostas

- 1 - São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não são constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;
 - b) Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;



- c) Que apresentam, pelo menos, um atributo que viole os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentam quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - e) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - i) Que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrente, relativamente a qualquer dos seus membros, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
 - j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
 - k) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
 - l) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, com exceção dos previstos no n.º 3 do artigo 8.º do presente Programa de Concurso;
 - m) Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, ou que sejam apresentadas como propostas variantes;
 - n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - o) Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
 - p) Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista.
- 2- Só são avaliadas as propostas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas nas alíneas do ponto anterior.

Artigo 19.º

Relatório preliminar de análise das propostas

- 1 - Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das causas de exclusão previstas no presente procedimento ou no Código dos Contratos Públicos.



Artigo 20.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, e através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a cinco dias.

Artigo 21.º

Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado, nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO V

ADJUDICAÇÃO

Artigo 22.º

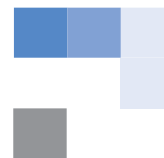
Notificação da decisão de adjudicação

- 1 - O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
- 2 - Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
- 3 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, para prestar caução e para se pronunciar sobre a minuta do contrato a celebrar.

Artigo 23.º

Causas de não adjudicação

- 1 - Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;



- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 24.º

Revogação da decisão de contratar

A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

CAPÍTULO VI HABILITAÇÃO

Artigo 25.º

Documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
 - d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, exceto se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei (quando aplicável).
- 2 - O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- 3 - Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
- 4 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 3 (três) dias úteis destinado ao seu suprimento.
- 5 - A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado nos números anteriores por causa imputável ao adjudicatário determina a caducidade da adjudicação.
- 6 - No caso previsto no número anterior a adjudicação será efetuada, quanto a cada lote, à proposta ordenada em lugar subsequente.



CAPÍTULO VII CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 26.º

Redução do contrato a escrito

- 1 - O contrato a celebrar deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- 2 - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário, para cada lote, em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 22.º.

Artigo 27.º

Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

- 1 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
- 2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos, nem de aspetos da execução do contrato a celebrar por aqueles não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Artigo 28.º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 29.º

Reclamação da minuta do contrato

- 1 - A reclamação da minuta do contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.



- 2 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 30.º

Outorga do contrato

- 7 - A outorga do contrato, quanto a cada lote, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução.

CAPÍTULO VIII

CAUÇÃO

Artigo 31.º

Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não haverá lugar à prestação de caução.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

1. Correm por conta dos fornecedores as despesas inerentes à celebração do contrato.
2. São ainda da conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, prestação da caução e outras garantias e seguros, incluindo, quando seja aplicável, os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, sem prejuízo do disposto no caderno de encargos.



Artigo 33.º

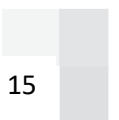
Preço base e Consulta Preliminar

1 - A fixação do preço do presente procedimento fundamenta-se com base em critérios objetivos, nos termos da consulta preliminar ao mercado realizada ao abrigo do artigo 35.º-A do CCP.

2 – A consulta preliminar realizou-se às seguintes empresas:

	Mensalidade
MEO	26 508,00 €
PALDATA	25 762,78 €
Preço médio	26 135,39 €
Valor para 10 meses (Set/25 a Jun/26)	261 353,90 €

3 – O preço base fixou-se com fundamento no valor médio dos preços mensais obtidos em sede de consulta preliminar, tendo este valor multiplicado pelo tempo previsto de contrato (10 meses).

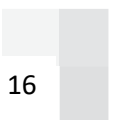




Anexo I
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

Instruções para preenchimento

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter> importando e utilizando o ficheiro “DEUCP_CPI_108_2025.xml” constante na pasta de arquivo “DEUCP.zip” junta ao presente programa de procedimento.

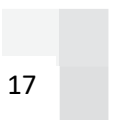


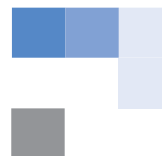


Anexo II
Modelo de declaração do preço contratual

... (indicar nome, estado, profissão e morada), representante legal de (designação social) com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, declara que a sua representada se obriga à prestação de serviços de, de acordo com o caderno de encargos do CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 108/2025/DCP/DIT/ AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS SECURITY OPERATIONS CENTER - SOC, pelo preço contratual global de,.....€, o qual se distribui por,.....€ mensais, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Data e Assinatura





Anexo III Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo IV
MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do prestador de serviços), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida para o Contrato de _____, no âmbito do Concurso Público n.º _____, nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Seguro Caução/Garantia bancária n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (prestador de serviços), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., uma garantia bancária/seguro caução à primeira solicitação até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada a caucionar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no Contrato de Serviços de _____, no âmbito do Concurso Público n.º _____, nos termos dos n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do Códigos dos Contratos Públicos.

A presente garantia/seguro caução corresponde a **5%** do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco garante/companhia de seguros, no caso de vir a ser chamado/a a honrar a presente garantia/seguro caução, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

O banco garante/companhia de seguros deve pagar a quantia no prazo máximo de 10 dias contados da data do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este. A presente garantia bancária/seguro caução autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro).

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]